

506\_Rafael Vaz (jornal), Alana Mendes (jornal), 1038\_Milena Leite\_004\_Zeke Laif\_001\_Milena Leite\_003\_Rafael Vaz (jornal), 1038\_Milena Leite\_004\_Zeke Laif\_001\_Milena Leite\_003\_Rafael Vaz (jornal), 548\_Carla Góes (jornal), 809\_Milena Leite

## MÍRIAM LEITÃO

mapa.globo.com/miriam-leitao  
@miriamleitao



### Antes que falem da economia

O fardo deixado pela ditadura na economia foi pesado. Havia escombros nas áreas fiscal, monetária e de balanço de pagamentos. O Brasil estava quebrado e desmoralizado. Devia aos bancos internacionais, aos governos estrangeiros e às instituições multilaterais. E não pagava, rolava a dívida em bola de neve. O país tinha aberrações fiscais, três orçamentos e uma bizarra conta conjunta entre Banco Central e Banco do Brasil. O pior dessa herança maldita era que o governo havia criado o ovo da serpente da hiperinflação, a ideia de que se podia conviver com inflação alta através da correção monetária. Debaixo desse peso começou a democracia, e foi ela que enfrentou os problemas reais.

Os três orçamentos do país permitiam gastos infinitos e impediam qualquer supervisão. O orçamento do governo, o monetário e o das estatais. A conta movimento permitia que o Banco do Brasil sacasse no Banco Central qualquer quantia para cobrir seus rombos, portanto não precisava cobrar os empréstimos generosos dados aos agricultores e grandes industriais. O BNDE em-

prestava a juros fixos numa inflação crescente, e assim transferia riquezas de dinheiro para a elite industrial. E se toda essa derrama fosse pouca, ainda havia coisas como "operações extraorçamentadas" ou "operações sem limite do orçamento". Uma bagunça que levou anos para consertar e chegar ao orçamento unificado e à Lei de Responsabilidade Fiscal. Na democracia.

Um dos pretextos para tomar o poder em 1964 foi a inflação crescente que estava chegando a 80%. Eles conseguiram reduzir as taxas num primeiro momento, depois criaram a fórmula com a qual achavam que iriam conviver muito bem com a inflação crescente, a correção monetária. Deixaram o governo com mais de 200%, mas já havi-

am inoculado na economia o vírus que a levaria aos patamares dos mil por cento nos anos seguintes. Desse inferno inflacionário, o Plano Real nos livrou. Na democracia.

O governo militar pegou empréstimos a juros flutuantes e o país caiu numa armadilha. Com a inflação americana provocada pelo choque do petróleo, os juros do FED dispararam e foram a 19%. O Brasil quebrou e deu início à década perdida. Nos últimos anos da ditadura o país fez sucessivas e iníteis negociações com o FMI. O país também devia ao Banco Mundial, BID, governos de países ricos reunidos no Clube de Paris e a 750 bancos comerciais. A ditadura entregou à democracia uma dívida impagável.

Ela foi renegociada com competência, paciência e boa engenharia financeira durante anos pela equipe chefiada pelo economista Pedro Malan. A dívida deixada pelos militares foi trocada por outros papéis em que os credores tiveram que escolher entre receber mais rapidamente concedendo grandes descontos ou receber o valor total, mas com mais prazo e juros baixos. Essa dívida nova deveria vencer completamente no ano passado, 2023, mas foi toda recomprada antes. Assim a democracia renegociou, pagou e recomprou a dívida deixada pela ditadura. Se alguém disser a você que a economia da ditadura foi boa, não acredite. É mentira.

## Técnicos do TCU querem investigar fraude em contrato da Petrobras

Relatório de fevereiro do órgão de controle apontou que acordo com Unigel daria prejuízo de R\$ 487 milhões à estatal

JOHANNES ELLER E MALU GASPAR  
econômico@globo.com.br

A unidade técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) que fiscaliza a Petrobras identificou possíveis fraudes no acordo entre a companhia e a empresa de fertilizantes Unigel, que está em discussão das financeiras, e defendeu uma nova apuração sobre o negócio. O relatório, assinado em fevereiro, aponta que, se ele fosse fechado, daria prejuízo de R\$ 487 milhões para a estatal.

Em relatório de 18 de março ao relator do processo, Benjamin Zynler, a unidade de auditoria especializada em petróleo, gás natural e mineração destacou a identificação de nove irregularidades graves, entre elas o atropelo da governança da estatal para justificar o contrato com a petroquímica.

A manifestação ocorreu exatamente duas semanas após a Petrobras anunciar que uma apuração interna

não encontrou qualquer irregularidade no acordo com a Unigel e concluiu que o sistema de governança da empresa havia sido "integralmente respeitado".

A unidade técnica do TCU teve um entendimento diferente. De acordo com o relatório, há indícios de que o "desvio a padrões de governança" pela direção da Petrobras ocorreu "pelo descumprimento de uma estrutura de governança mais rígida" como "pelo transcurso meramente formal das instâncias de controle envolvidas, que apresentam posicionamentos frágeis e superficiais, apenas no sentido de justificar uma escolha ou uma decisão já tomada".

**JUSTIFICATIVA FRÁGIL**  
Por isso, concluíram, "a possibilidade de fraude passa a ser uma investigação necessária", uma vez que "a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais".

Para os auditores, em função de "tamanho fragilidade das justificativas apresentadas", há de se averiguar o que de fato tem motivado a Petrobras a defender quase que illogicamente um contrato com uma empresa em recuperação extrajudicial e devedora de quase R\$ 90 milhões à companhia.

O contrato sob suspeita foi fechado em 29 de dezembro de 2023, quando as duas fábricas de fertilizantes na Bahia e em Sergipe que a Petrobras arrendou à Unigel, ainda no governo Bolsonaro, estavam paralisadas por dificuldades financeiras. Pelo acordo, a Petrobras forneceria o gás natural para a produção e, depois, venderia os fertilizantes, sendo remunerada pelos resultados da operação.

Em fevereiro, o próprio TCU alertou que o negócio levaria ao prejuízo multimilionário nos oito meses previstos para o contrato, uma vez que os preços do gás natural estão em alta e os do fertilizante, em queda.



**Fábrica.** Unidade da Unigel, na Bahia, que produz fertilizantes, foi arrendada para a Petrobras e está no centro de controle sob suspeição, segundo o TCU

O documento também questiona a natureza jurídica do contrato, firmado em uma modalidade conhecida por *tolling*. Afirma que foi uma opção "claramente inadequada" e afirma que as análises de risco das fábricas foram "evidentemente imprecisas, inexatas e incompletas".

Por exemplo, a Petrobras não teria avaliado o que ocorreria em um cenário em que a Unigel deixasse de honrar salários e benefícios dos funcionários das unidades. Nessa modalidade de contrato, empurraria uma conta extra para a Petrobras, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em fevereiro, Zynler já havia criticado o modelo de contrato. O ministro rebateu a versão da Petrobras de que o

formato se justificaria pelo risco de greves caso a Unigel anunciase demissões em seu quadro de funcionários. Como o contrato *tolling* ainda não entrou em vigor, a Unigel anunciou a paralisação das fábricas da Bahia e de Sergipe e demitiu 255 funcionários — sem provocar greves, até o momento.

**'PRESSÕES ABSURDAS'**  
Em despacho publicado no último dia 20, Zynler não se manifestou sobre o pedido da área técnica para apurar os indícios de fraude, mas instou a Petrobras a se manifestar. Fontes do tribunal relataram sob reserva a existência de "pressões absurdas" a favor do acordo da Petrobras com a Unigel.

Questionada pelo GLOBO, a Petrobras informou que "continua esclarecendo

tempestivamente todas as informações solicitadas pelo TCU". Nos prazos solicitados, a empresa tem atuado de forma proativa e informado ao TCU, sem provocação do órgão, todas as bases do contrato com a Unigel.

Como publicado no blog de Malu Gaspar no GLOBO no mês passado, o canal de compliance da petroleira recebeu denúncias de que integrantes da gestão Jean Paul Prates estariam pressionando subordinados para fechar o negócio, embora a área técnica da empresa tenha apontado o risco de prejuízo. Em razão desse caso, celulares de dois diretores da Petrobras chegaram a ser confiscados durante a investigação interna da empresa — a mesma que concluiu não existir qualquer irregularidade.

## Dolarização ficará para o ano que vem, diz Milei

Presidente argentino reafirma promessa, mas diz que adoção da moeda americana ficará para depois de eleições legislativas

**Leilão**

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

LEILÃO Nº 0001/2024-20 - FPM - POLO FACIEMBU

A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, situada na Avenida Belvedere nº 381, Jardim Paulista, São Paulo/SP, torna pública a abertura do edital de LEILÃO, objetivando o **ALUGUÉIO DE IMÓVEL**, em lote único, do antigo Unidade Sanitária Viena da Fieber, localizada no Rua Angélica nº 756, em São Paulo - denominada **"POLO FACIEMBU"**, cujos detalhes estão disponíveis no site da FFM (www.fmm.br), e que será regido pelo seu Regulamento de Empresa.

A visita técnica ocorrerá em 09/04/2024, nos termos do Edital.

Da Bloomberg News  
BLOOMBERG

O presidente da Argentina, Javier Milei, disse, na noite de domingo, que descarta uma dolarização da economia antes das eleições legislativas do ano que vem, no primeiro indicio de um cronograma para sua mais ambiciosa proposta de campanha, a de substituir o peso pelo dólar.

— Não creio que chegaremos lá antes das eleições legislativas do ano que vem,

mas o objetivo continua a existir — disse Milei à CNN em Español.

Milei já havia dito, sem citar datas, que a dolarização viria só depois que seu governo limpasse o balanço do banco central e reformasse o sistema financeiro.

O presidente argentino acrescentou que trabalha em uma reforma do sistema financeiro, que servirá como passo fundamental para o eventual fechamento do banco central, outra promessa.

— Podemos fazer todas as reformas que quisermos, mas se deixarmos o banco central viver, mais cedo ou mais tarde, políticos delinquentes vão usá-lo para roubar o povo — disse Milei.

**DEMISSÕES DE SERVIDORES**

A entrevista à CNN ocorreu quase uma semana após Milei afirmar, terça passada, que planeja demitir 70 mil funcionários públicos nos próximos meses. É pouca gente diante dos 3,5 milhões de trabalhadores do setor público do país, mas as demissões coincidem com os planos de cortar gastos públicos, também apresentados na corrida eleitoral — a "hotiessera" se tornou uma moda campanha de Milei.